

DA CRÍTICA KAINGANG, À CONSTRUÇÃO DE UMA LOJA ONLINE DE ARTESANATO: ALGUNS REGISTROS DE UMA ETNOGRAFIA DITA COLABORATIVA¹

Luis Felipe de Oliveira Bernardy (UFSM)

Palavras-Chave: Kaingang, Demanda, Artesanato Kaingang

DE ONDE SURGE ESTA PESQUISA²

Todas as pesquisas com pessoas, gente, humanos, possuem um histórico, um momento, no qual demarca o início das interações entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador. Talvez na antropologia, esse fato seja nitidamente explícito, haja vista a proximidade, muitas vezes sentimental e íntima, que o pesquisador desenvolve com os seus interlocutores. Esta pesquisa tem início no final do ano de 2024, quando interessado em realizar uma pesquisa sobre artesanato Kaingang com os membros da aldeia de Kětūjug Tēgtū, parto para uma reunião que havia sido marcada algumas semanas antes com estes. O objetivo desta ida era apresentar a possibilidade da realização da pesquisa, bem como, e mais importante, ouvir deles, o que eles esperavam de uma pesquisa sobre o seu próprio artesanato.

Ocorre que, anterior a este evento, já era eu, alguém presente na aldeia fazia um pouco mais de dois anos. Minha presença por lá se dava a partir da participação do Grupo de Estudos em Linguagem e Interculturalidade (GELI), um grupo de extensão do curso de Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). As atividades do grupo envolviam a criação de oficinas criativas, que iam desde a criação de fotografias, leituras e pinturas com os alunos da Escola Kaingang Augusto Ope da Silva. Mas até aquele momento, presenciava tudo a partir das quatro paredes da escola, entretanto, isto não limitava a observação etnográfica.

Certo dia, observo a partir da janela da sala de aula da escola um táxi sendo preenchido com artesanato, até lotá-lo. Uma cena acontece, a funcionária da escola, que era Kaingang, realiza movimentos de pressa. Larga, pega, corre para lá e pra cá e avisa que está saindo de seu trabalho. Uma outra mulher, desconhecida, surge na sala e pega a sua filha que estava em nossa oficina. Elas e as crianças, correndo, vão para aquele táxi

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

² Este trabalho é um pequeno pedaço da dissertação de mestrado intitulada provisoriamente de “Ag vafã: um estudo colaborativo sobre o artesanato dos kaingang de kětūjug tēgtū”.

que parte para algum lugar da cidade. Foi a partir deste fato que realizei as minhas primeiras perguntas: o que estava acontecendo ali? O que são e como são feitos esses artesanatos? Para onde vão?

A partir daquele momento, um conjunto de conversas acontece com J., um pesquisador, morador e professor Kaingang da escola Kaingang. Nossas conversas versavam sobre a viabilidade da pesquisa; por onde começar, o que fazer, mas sobretudo, saber a opinião dele sobre a realização de uma pesquisa.

Entretanto, as conversas com J. apresentavam uma realidade que eu não esperava existir no artesanato. Pois, esperava daqueles objetos alguma façanha de cunho etnológico, alguma coisa sobre circuito de objetos, parentesco, representação gráfica dos povos Jê, etc. Mas, J. me conta que o artesanato está perpassando por alguns problemas. Diz ele, que os materiais para fazer o artesanato são difíceis de ser encontrados, além disso, há poucos artesãos que aprenderam a trançar o tradicional artesanato Kaingang, e que além disso, as vendas não são muito boas, ocorrendo somente no natal e na páscoa.

As conversas com J. que ocorriam no pátio da escola, enquanto o grupo de extensão realizava as atividades logo começa a tomar outro rumo. J. pensa que o interesse pela pesquisa é bom, mas seria melhor se a pesquisa pudesse criar algo que solucionasse os problemas do artesanato da aldeia. J. lança a ideia de criar um site sobre artesanato, que para ele, seria uma ótima contrapartida. Saímos daquela conversa e tratamos de marcar uma reunião com os moradores da aldeia e o cacique, o objetivo era: apresentar o interesse de pesquisa, assim como, receber dos próprios moradores da aldeia, um indicativo do que poderia ser esta contrapartida.

A CRÍTICA DE KÊTÿJUG TÊGTÛ À ACADEMIA

O dia da reunião finalmente chega. Malinowski abre Argonautas do Pacífico Ocidental com a célebre passagem:

“Imagina-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Você nada tem a fazer a não ser iniciar o seu trabalho etnográfico de imediato” (MALINOWSKI, 2018, p. 58).

Passados mais de cem anos do lançamento da obra, e com a situação pela qual me encontrava, tive de reescrevê-la da seguinte forma:

“Imagina-se o leitor acompanhado, rodeado de pessoas, numa escola indígena no centro de uma aldeia Kaingang, na sua frente, sob as paredes de madeira da escola que a dão forma, há pessoas sentadas em cadeiras escolares. Você nada tem a fazer a não ser negociar o futuro da sua pesquisa” (arquivos pessoais do pesquisador).

Aguardamos a chegada do Cacique N., e logo que ele chega tomamos início a reunião. Me apresento, apresento os interesses da pesquisa e iniciamos a conversa. O discurso de N. apresenta a seguinte crítica, dizia ele o seguinte: - “Estamos cansados das pesquisas da universidade, vocês vêm aqui, fazem as coisas de vocês, mas no final dela, não sobra nada para nós, se tu quer fazer a pesquisa, a pesquisa tem que deixar um fruto para a aldeia”. Depois de muita conversa, todos os membros da aldeia concordaram e exigiram da pesquisa a construção de um site que pudesse vender artesanato, mas a principal ideia era, para que o *fóg*, o não-indígena, entendesse o que há por trás do artesanato Kaingang a partir da criação deste local virtual.

Por sua via, este fato que ocorreu em uma aldeia Kaingang no Rio Grande do Sul não é um fato isolado da atividade etnográfica, pelo contrário, revela a condição pela qual a etnografia perpassa no Brasil no que tange uma etnografia com povos indígenas. Em uma passagem de “Antes o mundo não existia”, a introdução escrita por Berta Ribeiro descreve a seguinte situação

“Lembro que a conversa com Firmiano e Luiz, já no segundo dia de minha estada em São João, foi a princípio, meio áspera. Ambos alegaram que nós, antropólogos, vamos às suas aldeias, coletamos suas lendas, estudamos suas tradições e depois publicamos nossas obras “no Brasil e nos Estados Unidos”, enquanto eles, seus depositários, ganham uns míseros presentes” (RIBEIRO, 2021, p.41).

Bruce Albert (2014) alega que o trabalho de campo tradicional, como aquele instaurado por Malinowski, está em vias de extinção. Segundo o autor, o fim da etnografia clássica não é oriunda, tal como a antropologia norte americana e anglo-saxã imaginava, que o fim, seria pelo próprio fim dos povos tradicionais - “mas, ao contrário, porque estão se tornando cada vez mais sujeitos de sua própria história e leitores de seus próprios etnógrafos”(ALBERT, 2014, p.129). Segundo o autor, após o término da segunda guerra mundial a temporalidade condicionada pela modernidade nas instituições instaura novas modalidades do mundo ocidental com os povos tradicionais a partir de documentos, fruto de protestos e do movimento indígena (OIT, por exemplo, e

a nova constituinte) além da atuação de terceiros, tais como Ongs e outros grupos que atuavam na promoção destes povos³. Para Fernandes

De “objeto de estudo” as comunidades indígenas passam a sujeitos na elaboração de conhecimento sobre si mesmas, se apropriando dos referenciais ocidentais para compreender os processos históricos de dominação, subordinação e assimilação, reagindo e reescrevendo as histórias a partir de epistemologias e cosmovisões próprias, desafiando a academia à revisão das posturas historicamente europeizadas, elitizadas e ocidentalizadas” (FERNANDES, 2015, p.333).

De alguma forma, esta condição dos ares do tempo, condiciona o devir da escrita etnográfica e da antropologia enquanto disciplina, e claro, enquanto atividade ética na relação entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador. Para Alcida Rita Ramos (1990), o estilo disciplinar da antropologia, etnologia e etnografia indígena no Brasil se dá a partir da participação política ativa do pesquisador com os seus pesquisados. Uma afronta a neutralidade científica exigida em alguns círculos disciplinares acadêmicos. No que a autora conclui que: “O estilo malinowskiano de trabalho de campo é coisa do passado e um punhado de tabaco não é mais suficiente, se algum dia o foi, o era para ser admitido num paraíso etnográfico” (RAMOS, 2007, p.11).

“OS PROBLEMAS DO ARTESANATO”

Se fossemos fazer uma avaliação administrativa sobre a confecção de artesanatos dos Kaingang no sul do Brasil, chegaríamos à conclusão de que há um problema em larga escala, que vai da produção à circulação destes itens. Ou seja, as dificuldades vão desde encontrar as matérias-primas básicas para a confecção do artesanato, na manufatura dos trançados, e por último, até nas vendas destes itens. Nos detemos nesta problemática com mais atenção.

A bibliografia existente sobre artesanato descreve extensivamente os momentos de coleta. Velthem (1998) em seu estudo clássico entre os Wayana relata as matas fechadas na jornada deste povo em busca de arumã e cipó na amazônia. Outros estudos sobre o artesanato Kaingang narram a busca deste povo à procura de uma planta utilizada em seu artesanato, o taquaruçu, além claro de cipó. Em 2024, esta mesma planta já não se encontra mais em abundância, segundo os Kaingang de Kētūjug Tēgtū.

As taquaruçus, também conhecidas de taquara brava devido a presença de espinhos e que em Kaingang é chamada de Vagvãsa, são da mesma família do bambu. A

diferença entre estas duas plantas não é fisiológica, mas sim política. As taquaras denotam espécies nativas da América do Sul, e se estendem por toda a América em diferentes tipos de espécies. No Sul, além da taquara brava, existe também a taquara mansa, uma espécie de taquara sem espinhos que é utilizada por grupos mbya guaranis na confecção do artesanato. Os bambus, por sua vez, são espécies oriundas da Ásia, sobretudo da Índia e da China. Diferente das taquaras, os bambus são espécies domesticadas de plantas que podem ser plantadas, da mesma forma que é encontrada em abundância no Sul do Brasil, tanto em meios urbanos, quanto em meios rurais. Já as taquaras, por sua vez, não podem ser plantadas ou reproduzidas. E sua existência acompanha características ambientais próprias

Figura 1 - Emaranhados de taquaruçus.



Fonte: Arquivo Projeto Eg Vafã, 2025)

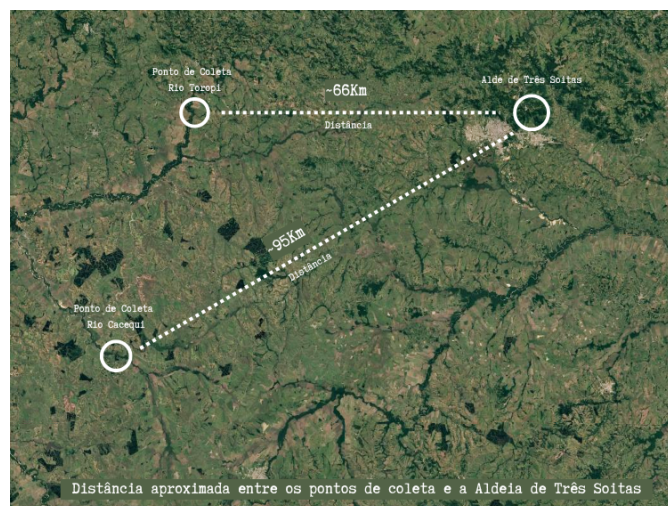
A taquaruçu se caracteriza por ser uma espécie ciliar, ou seja, sua existência está demarcada em somente existir em beiras de rios. Além disso, a condição política desta planta faz com que ela não seja investigada pelos campos científicos do saber, já que entre os botânicos ela é pouco conhecida. Já o bambu, é extensivamente investigado, sendo até mesmo considerado como um artefato provável para substituir o plástico. Desta forma, o único regime de conhecimento que denota saber sobre esta planta é do próprio conhecimento Kaingang.

Segundo os Kaingang de Kětūjug Tēgtū, esta planta tem um ciclo de trinta anos. E somente pode ser coletada em seus anos de vida iniciais, no caso, os primeiros 60 a 90 dias de existência, quando sobressaltado este tempo, a taquaruçu se torna difícil de trançar. Após o término dos trinta anos, a planta seca, logo após ter se reproduzido, e

por fim morre. Suas sementes caem sobre o chão e, possivelmente, ali nascem, ou são levadas pelo rio. E sua prole nasce em algum lugar desconhecido. Os Kaingang falam que ela, a taquaruçu, sempre está andando.

Existem apenas dois focos de taquaruçu descobertos pelos Kaingang de Kentejug Tengu que estão a mais de cem quilômetros da aldeia. A busca desta planta se realizava em viagens que duram mais de uma à duas horas. Os artesãos e familiares da aldeia que se localiza em Santa Maria, cidade central do Rio Grande do Sul, precisam se deslocar até as proximidades de Rosário do Sul para chegar ao rio Cacequi e às proximidades de São Vicente do Sul, onde está localizado o rio Toropi.

Figura 2: Distância aproximada entre os pontos de coleta e aldeia de Três Soitas



Fonte: (Google Earth, 2026)

Além disso, as notícias sobre a taquaruçu não são boas. Nas aldeias dos parentes, pouco tem sido encontrada. Além disso, as coletas registradas na pesquisa e que tiveram registro a partir de 2024 à 2026 já não são mais as mesmas. As taquaruçus do rio Toropi secaram e não podem mais ser coletadas. Já as taquaruçus do Rio Cacequi na última coleta realizada no início deste ano haviam diminuído muito, além de que, as mudas estavam apodrecendo.

Figura 3 - Muda de taquaruçu morta



(Fonte: Arquivo Pessoal, 2026)

Fora os problemas da taquaruçu, em Kêtūjug Tëgtū os trançados também passam por questões problemáticas. Os povos Jê são caracterizados pela existência de duas metades exogâmicas que vão da aliança à rivalidade declarada, estas duas metades são representadas, por recorrência, por dois heróis (LÉVI-STRAUSS, 2012). No caso Kaingang, as duas metades são representadas pelos heróis Kamé e Kairu. No mito contado pelos Kaingang de Kêtūjug Tëgtū, conta-se que Tupê é o criador do universo, e da montanha, saíram Kamé e Kairu de uma caverna. Kamé desce a montanha de dia e conhece as espécies diurnas. Já Kairu, toma o caminho noturno, repleto de dificuldades, conhece as espécies noturnas. O mito narra a ida dos dois até a chegada do pé da montanha, onde ensinam os humanos a serem Kaingang. No artesanato Kaingang, as duas marcas estão representadas em grafismos pertencentes a cada metade, a lógica de parentesco se reproduz inversamente na técnica. Quem é Kamé, trança como Kamé, quem é Kairu, trança como Kairu. Entretanto na aldeia de Kêtūjug Tëgtū, das mais de dez famílias, apenas uma conhece as técnicas de Kamé e Kairu.

Conforme a convivência e o tempo em campo, um relato conta a situação atual do artesanato. As técnicas são aprendidas com as famílias, normalmente se aprende a tranças com a mãe. Entretanto, quando o artesanato se torna uma atividade que gera a troca de dinheiro, às famílias deixam de ensinar os seus filhos a arte do trançado no artesanato. A memória da técnica perpassada pelos consanguíneos se esvai em mundo que é necessário dinheiro para se alimentar. Concorde-se com Roberto Cardoso de Oliveira (1996), de que as diferenças de classes, característica fundamental das sociedades organizadas econômica e socialmente por uma estrutura capitalista, acabam

sendo anuladas pela sociedade nacional pela diferença étnica quando, indígenas e não-indígenas, mantêm algum grau de relação societária. Assim, os povos indígenas postos em uma estrutura de classes, no berço situado da nação brasileira, acabam ganhando o posto de membro espúrio desta sociedade.

Para a antropóloga argentina Maria Matarrese (2025), a produção de objetos artesanais indígenas é atravessada pelo projeto neoliberal presente na América Latina. Para a autora, o projeto neoliberal estende-se além do fator econômico, uma vez que, relega para a sua formação, a sistematização de um regime estético-econômico que “estetiza, y legitima ciertos atributos —formales, materiales o simbólicos -, mientras descontextualiza la práctica” (MATARRESE, 2025, p. 1). Em pesquisa realizada com mulheres artesãs Pilagas na argentina, a autora conclui que o projeto neoliberal oscila entre, a manutenção de status de povos indígenas puros, em que se constrói a imagem ecológica de um índio tradicionalista, como também, atua perpetuamente para a promoção da invisibilidade destes povos.

As vendas do artesanato também são acometidas do universo capitalista e da lógica dos objetos enquanto mercadorias. Uma vez que o artesanato é vendido ao não-indígena, a lógica dos trançados, as marcas, o conhecimento da taquaruçu, se esvai para o entendimento da mera forma aparente da coisa. Assim a “demanda” do artesanato, ocorre somente em dois períodos do ano, no natal, e especialmente na páscoa - devido a relação de cestos com coelhos e ovos de páscoa.

Este fenômeno ocasionou a mudança de produção do artesanato, atualmente, duas categorias de artesanato são existentes, as dos cestos “comuns” genéricos e que são vendidas para os *fóg* e o verdadeiro artesanato Kaingang, o que possui os trançados das marcas de Kamé e Kairu.

Demonstrado a situação contemporânea do artesanato Kaingang no sul do Brasil, passa-se agora a “solução” pela qual os Kaingang entendem que a pesquisa realizada pode ajudar. O objeto maior do site, segundo as várias conversações realizadas com as lideranças da aldeia é de que o não-indígena entenda o que há por trás da forma aparente da coisa, e que se possa assim, valorizar o artesanato tradicional dos Kaingang.

O SITE EM QUESTÃO, COMO É FEITO E O SEU OBJETIVO

Uma escolha foi necessária para o prosseguimento da pesquisa. A feitura do site pode ser encarada de duas formas, ou encarava-se ele como parte da pesquisa

etnográfica ou como uma mera devolutiva. Ou seja, se a feitura do site fosse encarada tão apenas como uma devolutiva, ela em certa medida alienaria a pesquisa em si, tornava-se tão somente uma troca enquanto outra pesquisa fosse realizada. Por sua via, se o site fosse encarado como parte da metodologia da pesquisa, a escrita etnográfica não restringiria tal elemento, ao contrário, tornava-se parte da realização dela. As orientações da pesquisa passam a não ser apenas “compreender o artesanato Kaingang”, mas sim “Como construir uma loja/site online de Artesanato Kaingang”.

O empreendimento, desta forma, tangência, tanto o pesquisador, quanto as famílias da aldeia na construção deste produto, o site. Todas as andanças na aldeia, as idas para coleta, as idas para a venda, não se restringem apenas para a criação de uma dissertação, mas sim, para que ao mesmo tempo se construa este site. Desta forma, pesquisador e os sujeitos da pesquisa, atuam juntos em um projeto previamente visado. É desta interação em conjunto que surgem também os dados etnográficos para a pesquisa e para o site.

Os fundamentos desta abordagem metodológica são encontrados em Segato (2021) no que a autora chama de *antropologia sob demanda* e do uso político da *caixa de ferramentas etnográficas*.

“Isso resulta em um rodeio constante pelos instrumentos do que chamo aqui de “caixa de ferramentas” do ofício etnográfico. Esse andar em círculos, infelizmente, não vislumbra o que existe além do método e das técnicas e induz perigosamente quem ainda está em formação a acreditar que é nisso que consiste o trabalho antropológico. Profissionais da antropologia não podem enclausurar-se, escrever exclusivamente para um público formado por colegas, reduzir-se a uma tarefa técnica. É preciso dirigir-se ao mundo, a temas da época, e usar sua caixa de ferramentas, seu ofício etnográfico, para responder às questões de seu tempo e frequentar os debates do mundo”. (SEGATO, 2021, p. 19)

Batizou-se, assim, esta pesquisa de cunho colaborativo. Entretanto, uma nota se faz pertinente. Colaboração, é um termo conceitual com múltiplos conceitos na antropologia. Em termos históricos, este termo foi cunhado no cinema etnográfico de Jean Rouch. Posteriormente, este termo foi readaptado a partir de Holmes e Marcus (2016) na obra de Lassiter (2005). Aceitamos esta base conceitual, entretanto, restringimos ao mero nominalismo pelo qual compreendemos por colaboração. É papel prático da etnografia, e junção dos sujeitos que nela participam, que colaboram para que algo possa ser feito - no caso, um site.

Mas como fazê-lo? Um estudante de ciências sociais não compreende algumas ferramentas técnicas de programação, design e publicidade. Sua agenda normalmente

está atrelada em como compreender parentesco, fofoca, bem como, na capacidade de traduzir os outros para a sua sociedade. Para ter que construir este site, outros pesquisadores se reuniram, atualmente, o grupo do projeto *Eg Vafã*, é composto por antropólogos, publicitários, artistas visuais, designers, programadores, biólogos, linguistas, e mais alguns afortunados que de certa forma se interessaram pela pesquisa. Talvez o teor prático da pesquisa, faça com que a colaboração se torne interdisciplinar. No qual, todos fazem parte desta pesquisa.

figura 4 - testagem de design versão #3



(fonte: Arquivo Projeto Eg Vafã, 2025)

Retornamos a questão, como fazer? A antropologia possui várias tarefas, dentre uma delas é o seu exercício da alteridade - da tradução - na apresentação de novas perspectivas para se fazer algo. Bem como, na tentativa de apresentar novas formas de fazer *coisas*. Assim, a necessidade de pensar uma loja, a partir da lógica Kaingang de produção, exige a façanha de entender junto com aqueles, como o artesanato é feito.

Para dar conta deste objetivo, é necessário entender a lógica do artesanato Kaingang, e isto só pode ser realizado a partir do convívio junto daqueles no momento de feitura destes objetos. Foram nas idas em rios repletos de *palometas* (espécie de piranha), nas florestas degradadas, nas conversas sob as sombras das árvores na aldeia, na venda nos centros urbanos, que a ideia de como fazer o site foi sendo realizada. O trabalho do etnógrafo, suas anotações, sua atenção, e claro, do conjunto de pessoas, se dirigem em transformar este material em um site.

Foi assim que percebeu-se que a produção desses objetos, feita para serem vendidos, não são feitos a partir da lógica do lucro. Antes, pensa-se nas temporalidades dos vegetais, e não das mercadorias. A produção, não está atrelada pela temporalidade do capital, mas sim, pelas fases da lua e do taquaruçu. Esta questão, põe alguns desafios para se pensar em um espaço virtual para vendas. Como vender algo que exige um momento muito particular, e que, possivelmente, a troca comercial não terá ali o objeto? Estes são alguns dos desafios que ainda estão sendo pensados no desenvolvimento da pesquisa, assim como tantos outros.

A resposta para tal objetivo, é bastante simples. É no fazer juntos, a partir da caixa de ferramentas etnográfica (ver SEGATO, 2021), que o projeto vai sendo feito. Disso, resta as aprendizagens que são fruto das relações nas interações entre os indivíduos no desenvolvimento de uma antropologia futura, no qual, além de viver com os outros, se faça com aqueles. Bakhtin certa vez disse “O objeto das ciências humanas é o ser expressivo e falante” (BAKHTIN, p.395), talvez quem esteja mudando os paradigmas, o modo de fazer pesquisas, não sejam os pesquisadores, mas sim, aqueles que são pesquisados.

BIBLIOGRAFIA:

- ALBERT, Bruce. “Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. Campos - Revista De Antropologia, 15(1), 2014
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 6ª.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- FERNANDES, Rosani de Fatima. 2015. Povos indígenas e antropologia: novos paradigmas e demandas políticas. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 1: 322-353.
- HOLMES, Douglas; MARCUS, George. Collaboration Today and the Re-Imagination os the classic scene of fieldwork enconteur. In. Collaborative Anthropologies vol.1. Nebraska: University of Nebraska Press, 2016
- LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. 7ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LASSITER, Luke Erick. . The Chicago guide to collaborative ethnography. Chicago: The University of Chicago Press. 2005
- SEGATO, Rita. Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2021
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Ubu Editora. 2018.
- MATARRESE, Marina. Cestería pilagá y regímenes de diseño: Etnografía crítica de autoría, valor y territorio. RChD: Creación Y Pensamiento, 10(19), 1–16. <https://doi.org/10.5354/0719-837X.2025.79986> (acesso, 05 de junho de 2026)
- Ramos, Alcida R. . Ethnology Brazilian Style. Cultural Anthropology 5(4), 1990

RAMOS, Rita A. Do engajamento ao desprendimento. In. Série antropologia. Universidade de Brasília. 2007.

RIBEIRO, Berta. Prefácio. In. KUMU, Umúsin Panlón; KENHÍRI, Tolamã. .Antes o mundo não existia. Manaus: Editora Valer. 2021

VELTHEM, Lucia Hussak van. A pele de Tuluperê: uma etnografia dos trançados Wayana. Belém: MPEG, 1998.